

AJES - FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DO VALE DO JURUENA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: uma contribuição à transparência das
informações patrimoniais em uma entidade sem fins lucrativos**

Autora: Ana Maria Verona de Oliveira
Orientador: Adilson Leite Lira

JUINA/2011

**AJES - FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DO VALE DO JURUENA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: uma contribuição à transparência das
informações patrimoniais em uma entidade sem fins lucrativos**

**Autora: Ana Maria Verona de Oliveira
Orientador: Adilson Leite Lira**

“Monografia apresentada ao curso de Bacharelado em Administração, da Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Juruena como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.”

JUÍNA/2011

**AJES - FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO VALE
DO JURUENA**

BANCA EXAMINADORA

**Ângela Maria Dalberto
Professora Especialista**

**Nataniel Tomasini
Professor Especialista**

**Adilson Leite Lira
Professor Especialista
Orientador**

Dedico este trabalho a toda minha família, em especial aos meus pais, Luceline e Genesio (*in memoriam*) ao meu marido Antonio, e aos meus filhos e netos pela compreensão, durante minha ausência em alguns momentos em toda a minha caminhada e principalmente pela colaboração para conclusão do mesmo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me dado esta oportunidade, aos colegas de sala pela compreensão e companheirismo.

Aos professores pela dedicação e apoio, cada um a sua maneira de ser, que sempre souberam compreender as dificuldades durante este período que passamos juntos.

Ao meu Professor Orientador Adilson, que não mediu esforços para me auxiliar.

À entidade por nos ter fornecido todo material necessário para conclusão do trabalho.

À minha família, em especial ao meu marido e filhos pelo apoio e compreensão por eles a mim dedicados.

A democracia surgiu quando, devido ao fato de que todos são iguais em certo sentido, acreditou-se que todos fossem absolutamente iguais entre si. "Aristóteles".

RESUMO

Perante o novo cenário sócio-político-econômico, as entidades caracterizadas por ONGs vêm conquistando novos espaços no cenário econômico do país. A Lei 9.790/99 dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público OSCIPs, e esclarecem quais são as organizações que podem ser qualificadas. Para se qualificar como entidade do terceiro setor, basta ter em seu estatuto a definição sem fins lucrativos, mas isto não é suficiente para se classificar como OSCIPs. As organizações, entidades, que pertencem ao terceiro setor necessitam de transparência em suas ações, o objetivo deste trabalho é verificar a contribuição que as Demonstrações Contábeis podem dar na transparência das informações patrimoniais em uma entidade sem fins lucrativos. A contabilidade vem ao longo dos anos contribuindo para o desenvolvimento das organizações de forma racional e define o objeto de estudo, como sendo o patrimônio da entidade e o controle de seus registros, como forma de organização, sendo as demonstrações contábeis responsáveis pela credibilidade e transparência das informações apresentadas pela entidade. O trabalho destacará e dará ênfase a uma entidade de classe sindical que representa um setor de grande importância para o desenvolvimento da região noroeste. Fundada em 1989, o Sindicato dos madeireiros e moveleiros forma o SIMNO, uma Organização que desde o início de suas atividades vem trabalhando pelo desenvolvimento sustentável das empresas a qual representa, com a finalidade de garantir a responsabilidade social e o equilíbrio entre o setor de base florestal.

Palavras - chave: Contabilidade, demonstrações contábeis, Transparência.

LISTAS DE TABELAS

- Tabela 1 DREs referente aos 03 últimos exercícios 2008/2009/2010
- Tabela 2 Balanço Patrimonial – análise do Ativo referente aos exercícios dos anos de 2008/2009/2010.
- Tabela 3 Balanço Patrimonial – análise do Passivo referente aos exercícios dos anos de 2008/2009/2010.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 Classificação sociopolítica por setores

LISTA DE ABREVIATURAS

Art.	Artigo
APL	Arranjo Produtivo Local
BP	Balanço Patrimonial
CC	Código Civil
CF	Constituição Federal
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CNI	Confederação Nacional das Indústrias
DREs	Demonstração do Resultado do Exercício
FAMAD	Fundo de Apoio a Madeira
FIEMT	Federação das Indústrias de Mato Grosso
NBCT	Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas
OS	Organizações Sociais
OSCIP	Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público
ONGs	Organizações Não Governamentais
SICME	Secretaria Indústria e Comércio Minas e Energia
SIMNO	Sindicato das Indústrias Madeireiras e Moveleiras do Noroeste de Mato Grosso

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
1.1 CONTEXtualIZAÇÃO.....	12
1.2 PROBLEMATIZAÇÃO.....	12
1.3 OBJETIVOS.....	13
1.3.1 OBJETIVO GERAL.....	13
1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	13
1.4 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	13
1.5 JUSTIFICATIVA.....	13
1.6 ESTRUTURAS DO TRABALHO.....	14
2. REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1 DEFINIÇÕES DE CONTABILIDADE.....	15
2.1.1 METODOLOGIAS CONTABIL.....	16
2.1.2 AMBIENTE DE ATUAÇÃO.....	16
2.2 CONCEITO DE ENTIDADE.....	17
2.3 CONCEITO DE PATRIMÔNIO.....	18
2.4 SETORES SÓCIO-POLÍTICO.....	18
2.4.1 PRIMEIRO SETOR /ESTADO.....	19
2.4.2 SEGUNDO SETOR /MERCADO BENS E SERVIÇOS.....	20
2.4.3 TERCEIRO SETOR.....	20
2.4.4 DEFINIÇÃO ESPECÍFICA DA LEI 9.790/99.....	21
2.5 NBC T - NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE TÉCNICAS.....	23
2.5.1 BALANÇO PATRIMONIAL.....	24
2.6 NBC T 6 – DA DIVULGAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	25
2.7 DEMONSTRAÇÕES RESULTADOS EXERCÍCIOS.....	25
2.8 ANÁLISES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	26
2.8.1 ANÁLISE HORIZONTAL E VERTICAL.....	26
3. METODOLOGIA	16
3.1 LIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	29
4. ANÁLISE E RESULTADOS	30
5. CONCLUSÃO	35
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	36

1. INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Demonstrações Contábeis, qual a contribuição para a transparência em entidades sem fins lucrativos, o que são entidades sem fins lucrativos, qual setor estas entidades pertencem, setor privado, publico, quais são seus objetivos, diante dos questionamentos apresentados no período de pesquisa, o trabalho tem como objetivo inserir o conceito atual sobre o terceiro setor caracterizado como entidade sem fins lucrativos. Fazem parte deste cenário sócio-político-econômico, as ONGs, Associações, Sindicatos, OS, OSCIPs, Fundações, entre outras. Para um melhor entendimento do que vem a ser o terceiro setor, o trabalho trará a apresentação de uma entidade sindical da Região Noroeste, e como é enquadrada na Lei 9.790/99.

Inserir o conceito atual sobre o que vem a ser o terceiro setor, não tem sido tarefa fácil, definir Organizações Sociais de Interesse Público com base na Lei 9.790/99, uma vez que a Lei dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, como sendo entidades sem fins lucrativos, mas somente tem reconhecimento de OSCIPs, as organizações que desenvolvem projetos que seja em nome coletivo e de cunho social.

As empresas que fazem parte do terceiro setor também têm obrigações a cumprir e se utilizam da contabilidade para demonstrar transparência nas suas ações, administrativas empresariais, o fato destas entidades não visarem lucros não as exclui das obrigatoriedades contábeis. Ao efetuarem as demonstrações contábeis, a entidade tem condições de verificar sua situação patrimonial e a origem de suas receitas, sendo possível tomar decisões quanto a evolução do patrimônio da entidade. As análises apresentadas neste trabalho demonstram a evolução do patrimônio social de uma entidade sindical, com base em suas demonstrações contábeis dos períodos de 2008 a 2010.

1.2 PROBLEMATIZAÇÃO

Qual a contribuição das demonstrações contábeis para a transparência em entidades sem fins lucrativos?

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 OBJETIVO GERAL

Evidenciar a utilidade das demonstrações contábeis em entidade sem fins lucrativos.

1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Inserir o conceito atual sobre o que vem a ser uma entidade sem fins lucrativos.
- Definir Organizações Sociais de Interesse Público com base na Lei 9.790/99.
- Analisar as demonstrações contábeis de uma entidade sem fins lucrativos.
- Descrever as contribuições provenientes da análise de demonstrações contábeis em entidade sem fins lucrativos.

1.4 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

A delimitação da pesquisa se dará com análises dos Balanços Patrimoniais e Demonstrações de Resultado dos Exercícios do período de 2008 a 2010 utilizando-se de demonstrações apresentado pelo Sindicato Madeireiro e Moveleiro da Região Noroeste do Estado de Mato Grosso. Nesta pesquisa foi utilizada a pesquisa bibliográfica e documental, de natureza exploratória e caráter qualitativo.

1.5 JUSTIFICATIVA

O terceiro setor, setor este da economia onde estão classificadas as entidades sem fins lucrativos, ainda que não seja um segmento que tenha surgido recentemente somente agora este assunto tem maior repercussão perante a sociedade.

Encontram-se neste setor as associações, os sindicatos, fundações e as organizações sociais civis de interesse público (OSCIPs). As associações e os

sindicatos são entidades que realizam atividades visando favorecer determinada classe, diferentemente das OSCIPs cujo objetivo é prestar serviços de interesse público coletivo.

Os sindicatos em geral recebem recursos de terceiros a eles filiados, pela contraprestação de serviços tornando-se relevante conhecer a sua composição patrimonial. Neste sentido a Contabilidade apresenta-se como importante instrumento para a obtenção destas informações e, através da análise de suas demonstrações é possível conhecer a evolução patrimonial destas entidades, assim como os resultados obtidos, se superávit ou déficit.

Diante do exposto, justifica-se a pesquisa para conhecer a posição patrimonial de uma entidade sem fins lucrativos, por meio da Contabilidade, evidenciando assim a transparência das atividades realizadas.

1.6 ESTRUTURAS DO TRABALHO

O trabalho está dividido em V Capítulos:

O Capítulo I traz a Introdução com breve relato do assunto, apresentando o problema da pesquisa com delimitação do tema, os objetivos, justificativas que levaram a pesquisar o tema;

No Capítulo II demonstra o referencial teórico e materiais utilizados para definição do problema e objetivos específicos;

No Capítulo III encontra-se a metodologia, destacando os métodos com o qual a pesquisa foi desenvolvida;

O Capítulo IV apresenta a entidade, objeto do estudo de caso, mencionando sobre a sua criação e evolução patrimonial, os Demonstrativos Contábeis e a aplicação da Análise Horizontal e Vertical;

No Capítulo V encontra-se a conclusão.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 DEFINIÇÕES DE CONTABILIDADE

A contabilidade existe a milhares de anos, onde muitos estudiosos comprovam o seu surgimento ser anterior a chegada de Cristo e, a mesma busca uma forma de organização e controle. Conforme Sá (2006, p.17):

Historiógrafos do pensamento humano (das matemáticas, das artes, da própria escrita etc.) são unânimes em afirmar que a conta foi a primeira forma racional de manifestação inteligente do homem, nos aspectos quantitativo e qualitativo, como também, que a contabilidade nasceu com as primeiras manifestações da civilização. (SÁ, 2006, p.17)

Todos os campos da sociedade se utilizam da contabilidade para tomada de decisões ou ainda para a formação de opiniões sobre as decisões contábeis, tanto as pessoas físicas como as pessoas jurídicas, em ambos os aspectos têm necessidades de informações sobre seus patrimônios. Segundo Szuster *et.al* (2008 p.17, grifo do autor) “a contabilidade é a ciência que tem por objetivo medir, para poder **INFORMAR**, os aspectos quantitativos e qualitativos do patrimônio de quaisquer entidades”.

Os historiadores da Contabilidade descrevem que foi através da escrita da matemática que surgiu uma forma, onde é possível efetuar um controle de dados, com o método de escrituração – o das partidas dobradas. Embora não se tenha uma data exata de seu surgimento muito menos o seu criador, o processo se baseia em: que para cada crédito há em contrapartida, um débito de igual valor. E entende-se que a contabilidade pode ser definida como uma ciência que além de controlar o patrimônio fornece dados para a tomada de decisões. De acordo com Peyon (2004 p.17), “a contabilidade visa, também, à guarda de informações e ao fornecimento de elementos para tomada de decisões”. Seja ela natureza administrativa ou ordem judicial.

2.1.1 METODOLOGIAS CONTABIL

A contabilidade é exposta por vários autores como ciência, todo conhecimento busca a razão deixando de lado a emoção, neste conceito à metodologia utilizada irá definir os caminhos deste processo, para Dermo (1985 p.19).

Metodologia é uma preocupação instrumental. Trata das formas de se fazer ciência. Cuida dos procedimentos, das ferramentas, dos caminhos. A finalidade da ciência é tratar a realidade teórica e praticamente. Para atingirmos tal finalidade, colocam-se vários caminhos. Disto trata a metodologia. (DERMO, 1985 p.19).

Dentro de um conceito, podemos destacar os objetivos e os métodos utilizados para atingí-los. Na contabilidade este método é composto por planificação, escrituração, demonstrações contábeis, análises de balanços, tomada de decisão.

É necessário que se registre os fatos e adote planilhas para elaboração dos planos de contas da entidade, buscando uma padronização, evitando duplicidades ou contas que jamais serão utilizadas. De acordo com Peyon (2004 p.60) grifo nosso), **“Metodologia é o caminho pelo qual se atinge um objetivo. E o caminho que a contabilidade percorre para alcançar sua finalidade de prestar informações aos usuários.”**

A contabilidade tem como função principal gerar informações em um campo de atuação.

2.1.2 AMBIENTE DE ATUAÇÃO

Seu campo de atuação não tem limites, a contabilidade e seus recursos não são utilizados somente por pessoa jurídica, para Szuster *et.al* (2008 p.20) “seu campo de atuação é muito amplo podendo abranger as pessoas físicas e as entidades de finalidades não lucrativas e entidades de Direito Público, como Estado, Município, União Autarquia.”

A contabilidade é a ferramenta que as entidades utilizam para demonstrar e controlar suas riquezas de acordo com o ramo de atividade desenvolvida. Assim, veremos o que vem a ser uma entidade.

2.2 CONCEITO DE ENTIDADE

Na sociedade é interessante saber o que a palavra entidade nos revela em sua definição in natura, onde Ferreira (1986, p.663) discorre que “[Do lat. entitate.] S.F.1. Aquilo que constitui a essência de uma coisa; existência; individualidade; ente, ser. 2.Tudo quanto existe ou pode existir. 3. Bras. Sociedade ou grupo que dirige as atividades duma classe”de direito público ou privado.”

A entidade surge com o princípio da personalidade, podendo ser física ou jurídica, segundo Peyon (2004 p.47) “em linguagem contábil, entidade tem sentido amplo; é um ente detentor de um patrimônio podendo ser pessoa natural ou pessoa jurídica.”

Pessoa natural segundo conceito do autor acima referenciado e o Novo Código Civil, no Art.2º “A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com a vida”. Neste sentido, a entidade jurídica começa a existir no ato de seus registros pelos órgãos competentes.

Ao definirmos entidade jurídica é fundamental destacar a Resolução do CFC nº 750/93¹ que dispõe sobre os principais Fundamentos de Contabilidade, e define o princípio da entidade, segundo seu Art.4º e parágrafo único.

Art. 4º O Princípio da ENTIDADE reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por consequência, nesta acepção, o patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários no caso de sociedade ou instituição.

Parágrafo único O PATRIMÔNIO pertence à ENTIDADE, mas a recíproca não é verdadeira. A soma ou agregação contábil de patrimônios autônomos não resulta em nova ENTIDADE, mas numa unidade de natureza econômico-contábil. (CFC, 2008, p.12).

Conforme o princípio da entidade demonstrada na Resolução do CFC 750/93, o patrimônio é o objeto de sua existência contábil seja física ou jurídica e tem autonomia sobre si.

¹ A Resolução 750/93 sofreu alteração no Art. 3º V o da ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA; (Revogado pela Resolução CFC nº. 1282/10).

2.3 CONCEITO DE PATRIMÔNIO

O patrimônio passou a ser visto como algo material que se transforma com objetivo de gerar lucro à entidade a qual pertence. Segundo Sá, (2006, p.35) “Para a contabilidade, o reconhecimento da matéria essencial de estudos, como sendo o patrimônio”.

O patrimônio de uma empresa é seu maior tesouro que se utiliza da contabilidade para conservar, duplicar e proteger suas informações pode-se afirmar um equilíbrio entre as contas do ativo = passivo + patrimônio líquido. De acordo com Szuster *et.al* (2008, p.38) “uma informação fundamental apresentada pela Contabilidade é a avaliação do patrimônio da empresa e a quantificação de sua variação ao longo dos anos.”

Nem todo patrimônio visa à geração de lucros, Segundo Peyon;

Os sócios investem parte de seus patrimônios pessoais num negócio e com intuito de obter lucro ao final de um período, ou seja, retorno sobre o investimento. Nesse sentido, a entidade é um fundo de investimentos. Já nas entidades de interesse público, o retorno esperado é o benefício social. (PEYON, 2004, p. 49).

Quando o autor expõe a palavra benefício social, esta se referindo aos dos direitos sociais garantidos pela CF de 1988, benefícios que constitui o art.6º “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção a maternidade à infância, a assistência aos desempregados, na forma da constituição”.

Para ter um melhor entendimento sobre o social a que o autor se refere, vamos definir a Classificação sócio político econômico por setores.

2.4 SETORES SÓCIO-POLÍTICO

Estado é dividido em 02 setores, de um lado, direito público (Estado) e do outro, direito privado (mercado de bens e serviços).

Dentro do 2º setor temos ramos distintos onde operam empresas que visam lucros e empresas que visam o bem estar social, classificadas como empresas do

terceiro setor. O QUADRO 01 traz a definição das entidades de acordo com os setores sociopolíticos.

QUADRO 01 - CLASSIFICAÇÃO SOCIOPOLÍTICO POR SETORES

1º SETOR	2º SETOR	3º SETOR
Estado/ Governamental	Mercado/Empresas	ONGs
Entidade Publica	Entidades Privadas	Entidades Privadas
Sem fins lucrativos	Com fins lucrativos	Sem fins lucrativos
Órgãos públicos	Empresários/Sociedade	Associações/Fundações
a) Organizações de economia mista da administração pública indireta.	a) Empresários b) Sociedades personificadas ou não personificadas. c) Sociedades simples ou empresarias.	a) Fins privados com interesse coletivo de grupos sociais restritos. b) Fins públicos com interesse geral de toda população.

Fonte: Adaptado de Peyon (2004, p.12)

2.4.1 PRIMEIRO SETOR /ESTADO

O Estado é compreendido em três poderes: o Legislativo, Executivo e Judiciário, organizado conforme define o art.18 da C.F 1988 (CÉSPEDS 2008 p.14), “A organização político administrativa da Republica Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios todos autônomos nos termos desta Constituição.

De acordo com a definição do Art.6º dos direitos sociais, conforme mencionado por ²Zanluca “O primeiro setor é o governo, que é responsável pelas questões sociais”.

Logo a seguir o setor responsável pela produção e comercialização.

² Zanluca acessado no site /<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/terceirosetor.htm/>

2.4.2 SEGUNDO SETOR /MERCADO BENS E SERVIÇOS

O segundo setor constituído por empresas devidamente registradas com personalidade jurídica de direito privado, que tem em sua missão a produção de bens e serviços com objetivo de geração de lucros. Conforme novo Código Civil.

Art.966. Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para produção ou circulação de bens ou de serviços.

Parágrafo único. Não se considera empresário quem exerce a profissão intelectual, de natureza científica literária ou artística. Ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores. Salvo se o exercício da profissão se constituir elementos de empresa.

Na definição de Zanluca“O segundo setor é o privado, responsável pelas questões individuais, tendo objetivo primordial o lucro”

O segundo setor é constituído pelo setor privado, que se desmembra em empresas com fins lucrativos e sem fins lucrativos.

2.4.3 TERCEIRO SETOR.

O segmento sócio-econômico mais conhecido por terceiro setor, segundo Olivante (2007 p.2) “termo recente tanto no Brasil como no resto do mundo. Começou a ser utilizado na década de 1970”.

Vários são os conceitos apresentados para classificação do terceiro setor, Para Peyon;

O que ninguém tem dúvida é que ele existe e, além de sua essência de enfrentamento a pobreza e da exclusão social, também está interferindo na economia dos países, gerando empregos e consumindo bens e serviços. A título de ilustração da participação das ONGs na economia do País contabilizamos, na década de 90, cerca de 11 bilhões de reais como gastos operacionais das entidades sem fins lucrativos. (PEYON 2004 P.5)

Dentro deste novo setor sociopolítico estão classificadas as empresas sem fins lucrativos que visam o bem comum de interesse coletivo, de grupos organizados ou toda sociedade civil, com prestação de serviços. Segundo Olivante (2007, p 01), grifo nosso. **“o terceiro setor surgiu da incapacidade do estado de cumprir com suas obrigações constitucionais.**

De acordo com Peyon (2004 p.35), “O terceiro setor é visto como um pilar para o exercício da democracia. Por isso, entendemos que uma boa “[...] Gestão Contábil para o Terceiro Setor” vai muito além dos débitos e dos créditos”.

O terceiro setor ao quais os autores se referem é o que esta descrita na Lei 9790/99, que diferencia as OSCIPs.

2.4.4 DEFINIÇÃO ESPECÍFICA DA LEI 9.790/99.

A lei qualifica de terceiro setor toda entidade que não visem lucro e restringe-se a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, que se enquadrem como de Organizações Sociais de Interesse Público.

2.4.4.1 OSCIP

A Lei 9.790/99 dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, esclarece em seu art.1º e inciso 1º

Art.1º Podem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos por esta Lei.

§1º Para efeitos desta Lei considera-se sem fins lucrativos a pessoa jurídica de direito privado que não distribui, entre os seus sócios ou associado, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, bruto ou líquido, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social.

O Decreto nº 3.100/99 regulamenta a lei 9.790/99 e institui e disciplina o termo de parceria, decreta as entidades que preencha os requisitos da Lei em seus artigos, 1º, 2º, 3º, e 4º da mesma deverá encaminhar o pedido de qualificação como OSCIPs ao Ministério da Justiça, com apresentação de requerimento escrito, estatuto registrado em cartório, Ata de eleição, BP, DRE, declaração de isenção do imposto de renda, inscrição no cadastro geral de contribuintes/cadastro nacional de Pessoa Jurídica (CGC/CNPJ).

O Estado busca parceria com empresas privadas que atuem em área social, em troca desta parceria oferece parcerias disponibilizando recursos para o funcionamento das mesmas, é necessário que as Organizações Sociais de interesse civil se enquadrem nas regras e normas técnicas contábeis estabelecidas, tendo responsabilidade e ética nas suas ações,

As Fundações, Associações, Sindicatos, Partidos Políticos, Organizações Sociais, Instituições Religiosas, Cooperativas, Fundações Públicas, entre outras que não desenvolvem trabalho social coletivo, embora sejam entidades que não visem lucros em seus estatutos ou contratos de constituição, se enquadram como terceiro setor, mas não são passíveis de reconhecimento como OSCIP.

Neste caso vamos destacar os sindicatos de classe.

2.4.4.2 SINDICATO

Assim como outras entidades os sindicatos, qualificados pela Lei 9.790/99 como entidades sem finalidade de lucros não se enquadram pelas regras das OSCIPs, pois são entidades fechadas que defendem uma classe ou segmento social restrito, conforme o art.8º da C.F de 1988 em seu inciso III “aos sindicatos cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais e administrativas”. A Consolidação das Leis do Trabalho em seu Decreto lei nº 5.452/43 em seu Título V (arts. 511 a 610) trás definições específicas quanto a sua formalização. No caso das classes que são representadas pelo sindicato, mesmo não sendo associados os direitos adquiridos será objeto de benefício a toda classe.

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, em sua Súmula nº 677, publicada no Diário da Justiça de 9 de outubro de 2003, estabeleceu que o Ministério do Trabalho é órgão competente para o registro das entidades sindicais a que se refere o inciso I do artigo 8º da Constituição Federal, nos seguintes termos: “até que lei venha a dispor a respeito, incumbe ao Ministério do Trabalho proceder ao registro das entidades sindicais e zelar pela observância do princípio da unicidade”;

Para sua constituição é necessário um 1/3 (um terço) no mínimo de pessoas ou empresas da mesma classe ou categoria, são assim como as demais entidades. Segue as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas.

2.5 NBC T - NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE TÉCNICAS.

As NBC T, segundo Art. 1º da Resolução CFC nº 751/93, “estabelecem regras de conduta profissional e procedimentos técnicos a serem observados quando da realização dos trabalhos previsto na Resolução CFC nº 560, de 28 de outubro de 1983, em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade”. (CFC, 2008. P. 78).

A Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei 11.638/07 Lei das Sociedades Anônimas e as NBCT 3, Lei 10.406/02, são as principais normas brasileiras que disciplinam a apresentação e publicação de Demonstrações Contábeis que servem de base para as entidades sem fins lucrativos, Segundo Reis,(2009 p.56) “ algumas são obrigatórias em qualquer circunstância, outros facultativos e outros ainda, obrigatórios em circunstâncias especiais”.

O autor se refere ao facultativo da obrigatoriedade, é o que estaremos nos referindo que nas entidades sem fins lucrativos as demonstrações obedecem as normas estabelecidas na NBCT 3, e os BP e as DREs que mesmo sendo obrigatórios a apresentar as demonstrações, os lucros são consideradas de superávit e os prejuízos déficit

A RESOLUÇÃO CFC N.º 686/90, aprova em seu;

Art.1º a NBC T.3 – Conceito, Conteúdo, Estrutura e Nomenclatura das Demonstrações Contábeis.

NBC T.3.1 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

NBC T.3.2 – DO BALANÇO PATRIMONIAL.

NBC T.3.3 – DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO.

NBC T.3.4 – DA DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS.

NBC T.3.5 – DA DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.

NBC T.3.6 – DA DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS.

As NBCT 3.2 do Balanço Patrimonial definem a forma como devem ser apresentadas as contas que representam o patrimônio.

2.5.1 BALANÇO PATRIMONIAL

A NBCT 3.2 define como conceito, segundo Ribeiro (2005, p. 355 grifo do autor) “O **Balanço Patrimonial** é a demonstração contábil destinada a evidenciar, quantitativa e qualitativamente, em determinada data, a posição patrimonial e financeira da entidade”.

De acordo com Reis (2009, p. 68), “O Balanço Patrimonial – demonstrativo básico e obrigatório – é uma apresentação estática, sintética e ordenada do saldo monetário de todos os valores integrantes do patrimônio de uma empresa em determinada data”.

O Patrimônio se divide em 02 grupos Ativo e Passivo, conforme Lei 11.638/07 o Ativo se divide em Circulante e Não Circulante, onde se encontram os bens e direitos da empresa e Passivo que é composto pelo Capital Social da empresa se divide em subgrupos Passivo circulante, neste grupo são relacionados as Obrigações da Empresa e o Patrimônio Líquido, composto pelo Capital Social da empresa e os Lucros ou Prejuízos Acumulados. De acordo com Reis (2009 p 14 grifo do autor), “Os bens, direitos, obrigações e patrimônio líquido formarão o Balanço Patrimonial e, por isso, as contas representativas desses valores são chamadas **contas patrimoniais**.”

Conforme definição na NBCT 10 define Aspectos Contábeis Específicos de Entidades Diversas, o balanço patrimonial de entidades sem fins lucrativos não tem objetivo de mostrar lucro ou prejuízo. Conforme NBCT 10.4.4.2(CFC 2008 p.206) “a conta capital, item (3.2.2.12 I) será substituído pela conta Patrimônio Social a conta lucros ou prejuízos acumulados item (3.2.2.12 III) pela conta superávit ou déficit acumulado”.

Nas definições na NBCT 10 aspectos diversos estão relacionadas as fundações, sindicatos e associações, OS, OSCIPs, ONGs.

A NBC T 10.18.3 trata das normas específicas de apresentação das demonstrações contábeis aos sindicatos e associações de classe conforme explicado na NBC T 3, estas entidades estão desobrigadas de apresentarem

demonstração de lucros ou prejuízos acumulados. Conforme resolução CFC nº 838/99

De acordo com Reis (2009, p.56 grifo do autor), “**As demonstrações contábeis (financeiras)** consistem num conjunto de demonstrativos, previstos por lei ou consagrados pela prática, normalmente elaborados ao final do exercício social”.

Nas entidades sem finalidade de lucro a NBCT 10.19 conforme item 10.19.3.1 define que as demonstrações contábeis devem ser elaboradas conforme NBCT 3 descrita anteriormente e divulgadas pela NBCT 6.

2.6 NBC T 6 – DA DIVULGAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Segundo a NBC T 6.1, quanto a forma de apresentação;

6.1.2.1 – A divulgação das demonstrações contábeis tem por objetivo fornecer, aos seus usuários, um conjunto mínimo de informações de natureza patrimonial, econômica, financeira, legal, física e social que lhes possibilitem o conhecimento e a análise da situação da Entidade.

Conforme a NBC T 3, as entidades tem obrigação em apresentar as demonstrações contábeis, o Balanço Patrimonial de entidades sem fins lucrativos não tem objetivo de mostrar lucro ou prejuízo. De acordo, com Peyon (2004, p. 116);

Enquanto não houver norma destrinchando o assunto, ficamos diante de uma opção: elaborar o Balanço de Resultado Econômico, para apurar o resultado que pode ser superávit e déficit, ou elaborar a Demonstração da Conta Lucro e Perdas, para indicar a destinação desse resultado. (Peyon 2004, p. 116).

2.7 DEMONSTRAÇÕES RESULTADOS EXERCÍCIOS

Em regra, ao final do exercício financeiro, a empresa tem como obrigação demonstrar nas DREs os resultados alcançados pela empresa sejam lucros ou prejuízos. Segundo Reis (2009 p.14 grifo do autor) “as receitas e despesas formarão a demonstração do resultado do exercício e, por isso, as contas representativas são chamadas **contas de resultado**, ou, por provocarem modificação para mais (receita) ou para menos (despesa) no patrimônio líquido, **contas diferenciais**”.

A estrutura das DREs deve seguir a seqüência, conforme art. 187 da Lei 6.404/76, sendo composta por conta de resultado e contas patrimoniais que alteram o patrimônio líquido.

Segundo Ribeiro, (2005 p.366);

Contas de resultado a serem apresentadas na DRE são todas aquelas que representam as despesas, os custos e as receitas, observando o princípio da competência. As contas patrimoniais que integram a DRE são aquelas representativas das deduções e das participações no resultado.(RIBEIRO 2005 P,366).

Ao final do exercício as contas de resultado são encerradas com apuração de lucros ou prejuízos nas DREs, que será analisado neste trabalho, os resultados alcançados são denominados Superávit para lucro e déficit para prejuízo.

2.8 ANÁLISES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Coleta de Dados – 1º passo

Podemos efetuar análise verticais e horizontais com objetivo demonstrar a transparência, será necessária a coleta de dados, segundo SILVA (2007 p.71) “obter pelo menos as três últimas demonstrações de forma completa”. Neste estudo de caso como a entidade aqui analisada não visa lucro em suas ações, será analisado as alterações sofridas pelo Patrimônio Social da entidade.

2.8.1 ANÁLISE HORIZONTAL E VERTICAL

A análise das demonstrações contábeis precisa transmitir além de transparência, confiabilidade, segundo Reis (2009 p.195) “dificilmente o empresário poderá tomar conhecimento dos rumos de sua empresa se não tiver um sistema contábil, mesmo rudimentar que sirva pelo menos para fornecer dados para controle do patrimônio e dos resultados das operações”.

2.8.1.1 ANÁLISE VERTICAL

A análise vertical e a avaliação dos valores de cada conta em relação ao valor total. Ex = no ativo circulante quanto à conta caixa representa em relação ao ativo total, ou quanto o disponível representa em relação ao ativo total, Segundo Silva;

A análise vertical pode ser entendida como a análise da estrutura das demonstrações, pois permite a identificação da real importância de uma conta dentro do conjunto de contas ao qual pertence no Balanço Patrimonial ou na estrutura da Demonstração do Resultado. Silva (2007 p.91).

Dividir o valor de uma conta do ativo pelo total do ativo é a fórmula utilizada para obter o percentual de cada conta do grupo, ou total do grupo do ativo, dependendo do valor obtido é necessário fazer a multiplicação por 100 para definição, na demonstração de resultados divide-se das demonstrações pelo valor da receita operacional líquida ou receita bruta. Ex = ítem da receita-contribuição e divide pela receita operacional líquida e multiplica por 100, o percentual vai definir o quanto desta receita determinou de impacto no resultado obtido.

2.8.1.2 A ANÁLISE HORIZONTAL

Na análise horizontal verifica-se o comportamento do patrimônio ao longo dos anos e os resultados obtidos da entidade, desta forma é possível verificar de maneira direta a evolução de cada conta em relação aos anos anteriores. O método utilizado para efetuar a análise horizontal, não demonstra relação com o grupo, para Reis, (2009 p.197) “os valores obtidos por meio da análise horizontal são em menos expressivos do que os obtidos pela análise vertical”. É possível demonstrar com esta metodologia comportamental a evolução ou involução de cada conta nas demonstrações.

Com a utilização da análise horizontal, a entidade tem condições de avaliar o crescimento da entidade ao longo dos anos, para Szuster et al (2008 p.449) “período após período, tal qual a análise de uma série histórica”. Nas análises das demonstrações contábeis de entidades sem fins lucrativos, mesmo não visando lucro análises tem como identificar além do crescimento do patrimônio a origem e evolução de seus recursos.

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa tem como objetivo demonstrar o crescimento Patrimonial de uma entidade sindical de base florestal da região noroeste utilizando se dos balanços e DREs. Com utilização de uma análise Vertical e Horizontal dos resultados encontrados nas demonstrações contábeis apresentadas. Os documentos pesquisados compõem os arquivos da entidade.

Para Marconi, Lakatos, (2005 p. 83).

Assim, o método é o conjunto das atividades sistemáticas racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.” (MARCONI, LAKATOS, (2005 p. 83).

Serão analisados os BP e DREs referente aos exercícios dos períodos de 2008 a 2010, a pesquisa pode ser caracterizada quanto à natureza exploratória, sendo bibliográfica, documental,

Quanto ao caráter qualitativo, com dados primários e secundários, pensando na qualidade da pesquisa bibliográfica realizada e nas interpretações das análises. Conforme definição, Bauer, Gaskell, Allum (2008, p. 23) “a pesquisa qualitativa evita números, lida com interpretações das realidades sociais, e é considerada pesquisa soft.”

Com a preocupação da qualidade do material a ser utilizado é necessário uma avaliação do material bibliográfico. Segundo Gil (2002, p. 44) “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Gil (2002, p. 44) afirma ainda que “boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisa bibliográfica”.

A pesquisa bibliográfica foi efetuada em livros, artigos, Leis, Resoluções NBC T e documentos internos da Entidade pesquisada

3.1 LIMITAÇÃO DA PESQUISA

Para elaboração deste trabalho, o material disponibilizado para a parte bibliográfica exploratória foi escasso, na área específica sobre o terceiro setor, por ser um assunto pouco divulgado anteriormente, foram utilizados materiais para consulta na biblioteca da instituição, nos sites dos portais de contabilidade, e artigos. O tema é muito interessante porém bem complexo.

4. ANÁLISE E RESULTADOS

A organização Sindical Patronal que estaremos apresentando, foi fundada em 1989, nesta data contava com apenas 18 associados, ata da 1ª reunião do dia 06 de agosto de 1989, segundo registro nº 2.977 Lv 21. A. Registro de Sociedade civil, Cuiabá MT, Sob protocolo nº 150.276, livro contendo 50 folhas, rege a criação do estatuto da entidade com VII capítulo, e tem como principal objetivo unir a categoria através de uma organização capaz de representá-los e defende-los em seus interesses comum. A partir desta data surgiu o SIMNO, mais conhecido como Sindicato Madeireiro e Moveleiro da Região Noroeste de Mato Grosso.

Sua 1ª diretoria foi composta tendo como presidente o Sr. Vilmar Berté, tendo inicio a sua missão atuar em defesa dos interesses de seus associados de forma coletiva, não possuindo sede própria contava apenas com uma sala alugada onde se reunião para discutirem os assuntos do interesse da classe de base florestal.

Atuando em parceria com a FIEMT, uma de suas maiores conquistas foi a construção da sede do SESI/SENAI, onde hoje são realizados cursos de formação e qualificação de mão de obra, preparando verdadeiros profissionais, pessoas competentes para estarem atuando na administração das empresas associadas e atuando no setor operacional na industrialização dos produtos, Madeireiro e Moveleiro.

Os 22 anos do SIMNO contribuíram para o desenvolvimento local e regional, pois suas ações compreendem os municípios de Castanheira, Juruena, Aripuanã, Cotriguaçu, Colniza e Rondolândia, Brasnorte, e Juina no Noroeste do Estado de Mato Grosso. (SIMNO)

Com o apoio da Secretaria Estadual de Indústria e Comércio, Minas e Energia das Indústrias do Estado de Mato Grosso foi desenvolvido o projeto de viabilização do Arranjo Produtivo Local, com intuito de fortalecer o setor de base florestal do Noroeste do Estado de Mato Grosso, trabalhando em dois focos, administrativo com cursos, palestras, consultorias, e o setor operacional com cursos de qualificação na área de produção, no manejo da madeira com uma melhor utilização evitando o desperdício da matéria prima, consultoria com o programa chão de fabrica para um trabalho mais limpo, palestras motivacional com os funcionários .

O SIMNO conta hoje com uma sede própria, com salas para reuniões e palestras, com 130 associados tem geração direta de 1.800 empregos, Com uma representatividade a nível nacional, conta com uma equipe administrativa eficiente que tem somado com a força do Sr Geraldo Bento atual Presidente, conta com um vice presidente em cada município de sua representação enfocando ações conjuntas. Além de fomentar a economia local gerando divisa para o município Suas ações diretas, negociação da pauta da madeira, negociação da convenção coletiva de trabalho, possui apoio direto do SESI- convênios entidades de saúde. , convênio com a Unic, modalidades esportivas, campeão de Futsal ano 2011 pelas industrias, apoio a entidades filantrópicas.

Com apoio do SENAI e o Projeto Industria em Ação, qualifica mão de obra para indústria com subsidio de ate 80% aos associados e funcionários das empresas associadas. Vem contando com o apoio da FAMAD, no projeto de Estruturação Operacional da entidade.

Com objetivo de se tornar um pólo de base florestal forte, vem através de ações conjunta com seus associados e instituições governamentais, trabalhando em prol do desenvolvimento sustentável, com projetos de manejo, e reflorestamento.

Os dados relatados fazem parte do material bibliográfico pesquisado, material cedidos para estudo pela entidade.

Tabela 1 – DRE's referente aos 03 últimos exercícios 2008/2009/2010.

DREs	2008	AV	2009	AV	AH	2010	AV	AH
Receita bruta Operacional	193.266,32	100,00%	255.708,58	100%	32,31%	292.839,57	100%	52%
Mensalidades	170.266,32	88,10%	182.878,74	72%	7,41%	192.839,57	65,85%	13%
Contribuições Confederativas	21.507,60	11,13%	9.261,94	4%	-56,94%	5.781,78	1,97%	-73%
Outras Receitas	1.513,75	0,78%	3.507,90	1%	131,74%	17.614,51	6,02%	1064%
FAMAD		0,00%	60.000,00	23%		76.800,00	26,23%	0%
Resultado Operacional Bruto		0,00%		0%			0,00%	
(-) Custos Gerais	-207.194,54	-107,21%	-230.188,29	-90%	11,10%	-309.735,13	-105,77%	35%
Custos com Convênios	58.507,78	30,27%	34.373,60	13%	-41,25%	85.926,37	29,34%	150%
Despesas Administrativas	97.179,05	50,28%	121.687,95	48%	25,22%	137.141,89	46,83%	13%
Despesas com Pessoal	52.568,11	27,20%	65.110,72	25%	23,86%	68.250,72	23,31%	5%
Despesas Financeiras	3.561,78	1,84%	2.754,11	1%	-22,68%	5.411,36	1,85%	96%
Receitas Financeiras	-7.318,74	-3,79%	-1.965,30	-1%	-73,15%	-2.804,94	-0,96%	43%
Encargos do Exercícios	2.696,56	1,40%	8.226,94	3%	205,09%	15.089,73	5,15%	83%
Resultado Op. Liquido	-13.928,22	-7,21%	25.520,29	10%	283,23%	-16.895,56	-5,77%	-166%
Resultado Operacional	-13.928,22	-7,21%	25.520,29	10%	283,23%	-16.895,56	-5,77%	-166%

Fonte: Elaborada pela autora, conforme DRE da entidade pesquisada.

Ao analisar as contas de receita, verificou-se que na análise vertical devido à entidade não ser uma empresa de comercialização ou industrialização, as receitas brutas não incidem impostos e seus valores continuam os mesmos sendo relacionados na DRE, conforme entrada de cada conta da receita.

As mensalidades representam em 2008 88,10% de sua receita bruta, em 2009 72% e em 2010 65,85%, nas despesas os custos com a administração representa 50% dos custos em relação a 2008 em 2009 apesar de o valor ser maior que 2008 em relação aos custos de 2009 representou 48% e em 2010 foi ainda a conta de mais relevância com 46,83% de seus custos.

Na análise horizontal, a receita bruta apresentada teve um aumento de 32% de 2008 para 2009 verificou-se que este aumento foi devido ao repasse do FAMAD-MT, valores que estão sendo utilizados na estruturação da entidade para fortalecer o setor. Já no ano de 2010, teve um acréscimo de 52% em suas receitas em relação a 2008.

As Despesas tiveram um acréscimo de 2008 para 2009 de 11,10% e pelo aumento da receita em 32% auferiu lucro no final do exercício de 2009, no valor de R\$ 25.520,29 que é considerado superávit no balanço patrimonial na conta patrimônio líquido. Já no ano de 2010 em relação a 2008, teve um aumento de 35% em suas despesas, Isso foi devido o aumento de custos com convênios de 150% com um déficit de R\$ 16.895,66 ao final do exercício 2010. Os custos com convênio são provenientes de parcerias.

Tabela 2- Balanço Patrimonial – Parte ATIVO referente aos exercícios dos anos de 2008, 2009, 2010.

ATIVO	2008	AV	2009	AV	AH	2010	AV	AH
Circulante	105.815,90	100%	83.487,19	100,00%	-21,10%	55.781,98	100,00%	-47,28%
Disponível	92.322,94	87%	70.503,35	84,45%	-23,63%	42.026,44	75,34%	-54,48%
Caixa	274,43	0%	154,21	0,18%	-43,81%	83,73	0,15%	-69,49%
Banco c/movimento	33.306,88	31%	17.052,19	20,42%	-48,80%	41.111,76	73,70%	23,43%
Aplicações Financeiras	58.741,68	56%	53.296,95	63,84%	-9,27%	830,95	1,49%	-98,59%
Direitos	13.492,96	13%	12.983,84	15,55%	-3,77%	13.755,54	24,66%	1,95%
Imposto a recuperar	323,18	0%	405,47	0,49%	25,46%	405,47	0,73%	25,46%
Adiantamentos	3.100,48	3%	3.169,07	3,80%	2,21%	3.940,77	7,06%	27,10%
Outros créditos	10.069,30	10%	9.409,30	11,27%	-6,55%	9.409,30	16,87%	-6,55%
Não Circulante	154.379,53		155.542,36		0,75%	231.143,91		49,72%
Permanente	154.379,53	100%	155.542,36		0,75%	231.143,91	100,00%	49,72%
Participações em outras Cias.	1	0%	1	100,00%	0,00%	1	0,00%	0,00%
Imobilizado técnico	165.533,85	107%	174.923,62	112,46%	5,67%	265.614,90	114,91%	60,46%
(-) Amortização/deprec./ac	-11.155,32	-7%	-19.382,26	-12,46%	73,75%	-33.492,97	-14,49%	200,24%
TOTAL DO ATIVO	260.195,43		239.029,55		-8,13%	286.925,89		10,27%

Fonte: Elaborada pela autora, conforme Balanço/Ativo da entidade pesquisada.

Na Análise vertical em relação às contas do Circulante de seu Ativo em 2008 a conta aplicações financeiras representa 56% do seu disponível, sendo que seu imobilizado representa 107% de seu ativo não circulante, Em 2009 seu imobilizado representou 112,46% do seu imobilizado, e sua conta aplicações representa 63% de seu Ativo circulante, o que justifica uma redução de seu Ativo circulante já que a entidade está transferindo o disponível para o imobilizado com a estruturação da nova sede. No ano de 2010 a conta banco conta movimento teve uma representação de 73% do seu ativo e sua conta aplicações representou 1,49% percebe-se que foi transferido o valor da conta aplicações dos anos anteriores para a conta Banco conta movimento em 2010, o imobilizado teve um acréscimo em relação ao Não circulante.

Na análise horizontal com relação a 2008 para 2009 seu disponível teve uma redução em todas as contas e seu imobilizado técnico um aumento de 5,67%, em relação a 2008 para 2010 sua conta banco c/movimento teve um aumento de 23,43% e sua conta adiantamentos teve um aumento de 27,10% em relação a 2008, ao conta imobilizado teve um aumento de 60% em relação a 2008, percebe-se que os recursos provenientes dos recursos foram repassados para o imobilizado e partes foi utilizado para custeio conforme objetivo do projeto operacional de estruturação.

Tabela 3 – Balanço patrimonial Analise PASSIVO dos 03 últimos exercício 2008/2009/2010.

Passivo	2008	AV	2009	AV	AH	2010	AV	AH
Passivo Circulante	21.385,74	100,00%	13.739,72	100,00%	-35,75%	77.490,72	100,00%	262,35%
Outros Credores	13.824,28	64,64%	5.411,90	39,39%	-60,85%	67.391,75	86,97%	387,49%
Obrigação Tributaria	820,08	3,83%	334,23	2,43%	-59,24%	590,63	0,76%	-27,98%
Obrigações Sociais Trabalhistas	6.741,38	31,52%	7.993,59	58,18%	18,57%	9.508,34	12,27%	41,04%
Patrimônio líquido	238.809,69	100,00%	225.289,83	100,00%	-5,66%	209.435,17	100,00%	-12,30%
Superávit Exercício anteriores	252.737,91	105,83%	199.769,54	88,67%	-20,96%	226.330,73	108,07%	-10,45%
Resultado do Exercício	-13.928,22	-5,83%	25.520,29	11,33%	-283,23%	-16.895,56	-8,07%	21,30%
Passivo Total	260.195,43		239.029,55		-8,13%	286.925,89		10,27%

Fonte: Elaborado pela autora, conforme Balanço/Passivo da Entidade pesquisada.

Na análise vertical do passivo a conta outros credores representou 64,60% do passivo circulante, as contas obrigações trabalhistas representou 31,52% , neste ano de 2008 houve um déficit. No ano de 2009 houve uma redução em relação aos

credores porem suas obrigações trabalhistas representou 58,18% mesmo assim teve um superávit neste ano. apesar da entidade não almejar lucros em seus balanços, é necessário manter o equilíbrio de suas contas, evitando a perda de seu patrimônio líquido. Em 2010 a conta credora foi a que mais teve aumento chegando a 86,97% de seu passivo circulante. Preocupados com o desenvolvimento e crescimento da entidade, o SIMNO já em 2011 trabalha com uma previsão Orçamentária para Receita R\$ 393.500,00 e para Despesa R\$ 393.498,91. Aqui a previsão orçamentária é maior que a previsão de despesas, porem o valor orçamentário, pode ser repassada para o ano seguinte em caso de sobra ou gasto para manter equilíbrio.

5. CONCLUSÃO

Ao término deste trabalho, percebe-se que a contabilidade é uma ferramenta fundamental para todo tipo de organização. Através dos registros efetuados, é possível decidir o futuro da empresa, independente de seu tamanho ou mercado em que atua. No entanto, a transparência destas informações são fundamental para as empresas que atuam no terceiro setor, conhecidas como entidades sem fins lucrativos, empresas sem fins lucrativos têm como obrigações ao final de seu ano calendário, a Prestação de contas, através de seus Balanços e DREs. Objetivo deste trabalho e demonstrar qual a contribuição das demonstrações contábeis para a transparência em entidades sem fins lucrativos, ao final da pesquisa conclui-se que as demonstrações contábeis são de grande importância nas entidades sem fins lucrativos e em alguns casos chega a ser fundamental para demonstrar transparências em suas ações, e são obrigatórias em todas as entidades sem fins lucrativos, independente de sua formação jurídica.

No caso de OSCIP em parceria com Estado, as Prestações de Contas serão objeto de avaliação pelo Ministério Público.

A entidade a qual foi pesquisada elabora as demonstrações Contábeis conforme descreve a lei referenciada, no entanto conclui-se que por ser uma entidade de classe sindical que trabalha pela representatividade as empresas associadas elabora relatórios dos gastos efetuados em relação aos projetos executados pela entidade onde os recursos provem de convênios e parcerias. Que fica a disposição em seus arquivos juntamente com seus balanços, deixando claro a quem possa interessar a transparência dos mesmos, já que estas contas não fazem parte do Balanço Patrimonial de forma discriminada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

_____. Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3100.htm> Acesso em: 20/04/2011.

_____. Lei nº 9.790/99. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9790.htm> Acesso em: 20/04/2011.

BAUER, Martim W., GASKELL, Geogorge. Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 7ª ed. Petropolis: Vozes, 2008.

CONTABILIDADE, Conselho Federal. Princípios Fundamentais e Normas Brasileiras de Contabilidade, 3ª ed. Brasília: CFC, 2008

DEMO, Pedro. Introdução à Metodologia da Ciência. -2º. ed. – São Paulo: Atlas, 1987.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo dicionário da língua portuguesa. 2. ed. Ver. e aumentada, 32ª imp. Rio de Janeiro: J.E.M.M. Editores Ltda 1986.

GIL, Antonio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 4ª ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

Livro Diário Nº 11 contendo 93 folhas. Descrita no período de 02/01/2008 a 31/12/2008-Empresa SIMNO- 2010 BP, DREs

Livro Diário Nº 12 contendo 88 folhas. Descrita no período de 02/01/2009 a 31/12/2009-Empresa SIMNO- 2010 BP, DREs

Livro Diário Nº 13 contendo 53 folhas. Descrita no período de 02/01/2010 a 31/12/2010-Empresa SIMNO- BP, DREs

MARCONI, Marina de Andrade & LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de Metodologia Científica. 6ª. ed. - São Paulo, Atlas 2005.

OLIVATE, Alcântara Alves. A Contabilidade aplicada nas organizações do terceiro setor, publicado em 29/03/2008. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/5056/1/Apagina1.html#ixzz1F42011f4w0HB>> Acesso em 20/04/2011.

PEYON, Luiz Francisco. Gestão Contábil para o terceiro setor. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2004.

REIS, Arnaldo Carlos de Rezende. Demonstrações contábeis: estrutura e análise. 3ª ed. - São Paulo: Saraiva, 2009.

RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade Intermediária. São Paulo: Saraiva, 2005.
SÁ, Antonio Lopes de. Fundamentos da Contabilidade Geral. 2ª ed. - Curitiba: Juruá, 2006.

SILVA, Alexandre Alcantara da. Estrutura, Análise e Interpretação das Demonstrações Contábeis. São Paulo: Atlas, 2007.

Súmula nº 677, publicada no Diário da Justiça de 9 de outubro de 2003, SZUSTER, Natan et al. Contabilidade geral: Introdução à Contabilidade Societária. 2º ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ZANLUC, Júlio César. A Contabilidade do Terceiro Setor/ Portal de Contabilidade Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/terceirosetor.htm/>> Acesso em: 12/09//2011>.